

Sarney voltará a viajar para divulgar o governo

CARLOS CHAGAS

Retomar com intensidade as viagens pelo País e buscar difundir ao máximo os propósitos e as realizações da Nova República — essa a disposição do presidente José Sarney para logo depois de revelados os resultados das eleições do dia 15. Taticamente, ele reduziu o quanto pôde seus deslocamentos de Brasília, nos últimos dois meses. Não desejando tomar partido nas disputas estaduais entre PMDB e PFL, encolheu-se. Em cada cidade que fosse, nesse período, teria sua presença explorada e confundida pelas forças em choque, pois apenas em quatro Estados foi mantida a Aliança Democrática.

Apurada a voz das urnas, no entanto, abrir-se-á ao presidente excepcional temporada de comunicação com a sociedade. Afinal, tendo vencido o PMDB ou, eventualmente, o PFL, na maioria dos Estados, a vitória final caberá e será creditada a ele. Não deixará de receber e até de procurar os vitoriosos, quaisquer que sejam, nem de iniciar, com eles, conversações visando objetivos administrativos práticos. Não deixará, também, de entender-se politicamente com todos, ainda que sob a ressalva de não aceitar pressões ou articulações que envolvam alteração no Ministério. Aos vencedores nas eleições de governador o presidente renderá todas as homenagens (desde que pertencentes ao PMDB e ao PFL, é claro, mas, em hipótese alguma, permitirá reivindicações que envolvam mudanças em sua equipe de governo.

Afirmar sua popularidade e, outra vez, procurar nas fontes diretas

da opinião pública forças para prosseguir na opção pelo social, no Plano Cruzado, na continuidade do crescimento econômico e na negativa da recessão — essas as metas traçadas por Sarney para desenvolvimento logo após o 15 de novembro. Ele dedicará especial atenção aos grupos partidários vitoriosos nos diversos Estados, pois tão importante quanto a eleição dos novos governadores será a formação de bancadas parlamentares capazes de lhe garantir a sustentação no Congresso e na Assembleia Nacional Constituinte.

O cronograma de viagens do presidente está sendo elaborado no Palácio do Planalto, sob sua supervisão direta. É possível que o Maranhão seja o primeiro Estado visitado, ainda que o chamado "Triângulo das Bermudas" venha a merecer atenção especial. Fazendo coincidir as visitas com inaugurações de obras ou com solenidades de anúncio de metas, Sarney irá, antes do fim do ano, a São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Mantém-se silencioso diante das eleições de governador nesses três Estados, ainda que, no Rio, obviamente se incline por Moreira Franco, que conseguiu reunir o PMDB e o PFL. Mas vencendo Orestes Quêrcia ou Antônio Ermírio de Moraes, em São Paulo, Itamar Franco ou Newton Cardoso, em Minas, estará à disposição dos vitoriosos e dos grupos que os tiverem conduzido ao sucesso.

O presidente não deixará de homenagear o PMDB, presumível vencedor nacional das eleições, até porque está filiado ao partido e mantém com seus dirigentes o melhor dos relacionamentos. Ulysses Guimarães

merecerá cuidados especiais, assim como os novos governadores da legenda. Vai ser através dos líderes do PMDB, como dos líderes do PFL, que ele pretende entender-se ampla e permanentemente com a Assembleia Nacional Constituinte. Não está preocupado e nem se sente ameaçado pela vitória peemedebista, e dá de ombros quando ouve que o PMDB poderá fixar os mandatos presidenciais em quatro anos. Os constituintes serão soberanos para agir como bem entendam, sem a menor interferência do Poder Executivo, se interferência quiser dizer pressão ou imposição. Em outros temas, como a escolha do sistema de governo, o processo eleitoral, a defesa do estado democrático, a ordem econômica e a ordem social, haverá opiniões e posicionamentos do Palácio do Planalto, transmitidos aos líderes e capazes de servir como esclarecimento aos constituintes. Ainda que plenamente livres para agir como quiserem, eles ficarão sabendo das inclinações do governo. Sóna questão da duração dos mandatos presidenciais é que Sarney se fechará em copas, não autorizando nenhum de seus auxiliares, mesmo os mais próximos, a falar em seu nome. Quatro, cinco ou seis anos serão decisão exclusiva dos deputados e senadores reunidos em Assembleia Nacional Constituinte. Uma única ressalva é admitida por ele: se a maioria optar pelos quatro anos e, em contrapartida, se instituir o princípio da reeleição, nada terá a opor, a não ser a determinação de pessoalmente, não se candidatar. Considera encerrada sua vida pública ao final de seu atual mandato, qualquer que venha a ser.